

**A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES NACIONAIS: DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TURISMO COMO BASE ECONÔMICA PARA AS
COMUNIDADES DO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE**

**THE IMPORTANCE OF NATIONALS PARKS: SUSTAINABILITY TOURISM
DEVELOPMENT AS ECONOMIC ACTIVITY FOR ILHA GRANDE PARK
COMUNUNITY**

Cynthia Rolim de Albuquerque Meneguel¹

Margareth Pinto de Menezes²

José Candido Stevaux³

RESUMO

A unidade de conservação pesquisada se encontra entre o estado do Paraná e do Mato Grosso do Sul, no Alto rio Paraná, localizada sobre o arquipélago fluvial de Ilha Grande, que dá nome ao parque. O mesmo preserva a única área do rio Paraná livre de barragens, que se encontra em estado natural, além de ser reconhecido internacionalmente pela UNESCO como corredor da biodiversidade, integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. O trabalho tem por objetivo apresentar as características físicas, biológicas, econômicas e sociais do parque e da área na qual o mesmo se encontra inserido. Propor o desenvolvimento turístico fundamentado nos pilares da sustentabilidade como fonte de renda para a comunidade local, o ambiente natural revela a vocação para este modelo de desenvolvimento econômico, ressaltando necessidade da conservação e manutenção da biodiversidade, além de expor sucintamente as práticas atuais prejudiciais a preservação do local.

Palavras-chave: sustentabilidade, biodiversidade, turismo.

¹ Mestranda em Geociências, curso Análise Geoambiental pela Universidade de Guarulhos (UNG), São Paulo. Graduada pelo curso Turismo e Hospitalidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP). E-mail: cinthia_albuquerque@yahoo.com.br.

² Mestranda em Geociências, curso de Análise Geoambiental pela Universidade Guarulhos (UNG), Guarulhos Licenciada em Geografia pela Universidade Tiradentes (UNIT) Aracaju. E-mail: mmfalcoes@yahoo.com.br.

³ Geólogo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com Mestrado e Doutorado em Geociências pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-doutorado pela Universidade de Krasnoyarsk (Rússia) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFERS). Universidade de Guarulhos, Lab. Geociências, Pr. Tereza 1, 07023-070, Guarulhos, SP, Brasil. E-mail: jstevaux@ung.br.

ABSTRACT

The conservation unit researched is between Paraná and Mato Grosso do Sul state, in the High Paraná river, located above Ilha Grande fluvial archipelago, the origin park's name. This park protect one of the last area that Paraná River is without barrages and preserved, it is natural situation, beyond be international recognized by UNESCO as biodiversity aisle, integrant the Mata Atlântica Biosfere Reserve. This study present an overview of Ilha Grande National Park and the objective is present some physics, biology, economic and social characteristics about the park and the around area. Recommend the sustainability tourism development based as economic activity, the natural environment expose benefits for this economic model. Stick out the park importance for the biodiversity conservation, beyond expose the harmful actual practice and the local preservation.

Keywords: biosfere reserve, sustainability, tourism.

1. INTRODUÇÃO

O setor turístico – conjunto de atividades econômicas diretamente relacionadas à prática social do turismo—inserido neste contexto reproduz como qualquer outro setor produtivo as contradições do sistema. Portanto, as possibilidades de que o turismo promova um efetivo desenvolvimento local ou regional devem ser consideradas dentro de um universo real e analisadas criteriosamente em suas origens, posto que os principais divulgadores do desenvolvimento associado à prática do turismo são os atores hegemônicos diretamente beneficiados com o desenvolvimento turístico dos lugares.

Entretanto, para que a relação entre os fatores endógenos e exógenos seja favorável ao desenvolvimento local é preciso valorizar a dinâmica dos fatores endógenos através do que se poderia chamar de territorialização turística. Ou seja, é preciso simultaneamente um forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global, nas palavras de Silva (2003).

Ora, a construção do espaço turístico dá-se com a desconstrução, isto é, as transformações do ambiente natural e das relações sociais que anteriormente permitiram a existência deste lugar. A relação da sociedade local com o ambiente

natural passa a ocorrer em função das regras e normas impostas pelas atividades turísticas. Os parques nacionais são de suma importância a todo o país. Os mesmos abrigam grande parte de nossas inúmeras espécies da fauna, flora e minerais. Além de pertencerem ao patrimônio natural do país e alguns deles da humanidade.

Parque Nacional de Ilha Grande é um dos grandes descobrimentos no Brasil. O mesmo é o único que preserva a Formação pioneira flúvio-lacustre. Esta região é composta por diferentes áreas de preservação, que são conectadas por corredores biológicos com biodiversidade peculiar. Conclui-se, portanto que o Parque Nacional de Ilha Grande é o corredor principal de toda a biodiversidade do corredor ecológico desta região, visto que o mesmo conecta as áreas núcleo do Parque Nacional do Iguazu e do Parque Estadual Morro do Diabo.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

O Brasil é um dos principais países do mundo que possui o seu código ambiental completo e atualizado, o que vem acarretando progressos, benefícios e conquistas para o país.

Em 18 de Julho de 2000, foi sancionada a lei nº 9.985 que regulamenta e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Esta lei é considerada o maior conjunto de normas ambientais aprovadas pelo governo federal. A mesma após ter decorrido dois anos de sua promulgação foi editada pelo Ministério do Meio Ambiente através do Decreto nº 4.340 em 22 de Agosto de 2002.

O SNUC regulamenta as unidades de conservação e os divide em categorias, assim como determina a conservação da natureza, a diversidade biológica, os recursos ambientais, a preservação, a proteção integral, a conservação, o manejo, o uso direto e indireto, o uso sustentável, o extrativismo, a recuperação, a restauração, o zoneamento, o plano de manejo, a zona de amortecimento e os corredores ecológicos.

O Alto Rio Paraná

A bacia hidrográfica do Prata, formada pelos rios Paraguai, Uruguai e Paraná ocupa uma área de 2.800.000 km², abrange todo o centro-sul da América do Sul, estendendo-se desde a borda oriental dos Andes até a Serra do Mar (CAMPOS; COSTA FILHO, PALMEIRA, 1994).

O rio Paraná nasce da confluência de dois importantes rios brasileiros: o Grande e o Paranaíba. Percorre 3.800 km, com uma descarga média em sua foz de 1.8000m³/s. Em termos de descarga, o rio Paraná é considerado como o décimo maior do mundo e a segunda bacia de drenagem da América do Sul (LATRUBESSE; STEVAUX; SINHA, 2005). Na sua porção de divisa com o Mato Grosso do Sul formam inúmeras ilhas como o arquipélago de Ilha Grande.

A dinâmica das enchentes e vazantes naturais do rio Paraná, é responsável pela formação e manutenção de grandes variedades de ambientes naturais, que abrigam ecossistemas específicos e frágeis.

Parque Nacional de Ilha Grande

O Parque Nacional de Ilha Grande está localizado no Rio Paraná, entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, entre as coordenadas geográficas 53°41'09,0"W – 23°16'32"S e 54°16'21,7"W – 24°04'11,5"S.

Envolve onze municípios: Terra Roxa (0,35%), Guaíra (5,72%), São Jorge do Patrocínio (20,16%), Altônia (17,59%), Alto Paraíso (29,56%), Icaraíma (1,90%) e Querência do Norte (0,13%) no estado do Paraná, e Novo Mundo (7,43%), Eldorado (3,47%), Itaquiraí (3,78%) e Naviraí (9,91%) no estado do Mato Grosso do Sul, sendo todos zonas de amortecimento.

De acordo com o artigo 2º, item XVIII do SNUC, zonas de amortecimento corresponde ao entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (SNUC, 2002).

O parque é uma unidade de proteção integral, e possui 78.875 hectares. Encontra-se inserido na região da Floresta Estacional Semidecidual, constitui de

extensas várzeas e pântanos associados ao rio Paraná, com fitofisionomia predominante herbácea, denominadas Formações Pioneiras de Influência Fluvio-Lacustre.

O parque engloba cerca de 0,5% da área da bacia hidrográfica do rio Paraná. No seu interior se encontram diversas lagoas que são utilizadas para a reprodução e desenvolvimento da ictofauna da bacia do rio. Dentro de seus limites também são encontrados ambientes extremamente frágeis frente as atividades antrópicas.

Origem do nome e histórico de criação do parque

O parque recebe o nome de Ilha Grande, por se tratar da maior ilha de todo o arquipélago que protege. A ilha possui extensão de 90 km por 5,5 km de largura em média. Em 1994 através do Decreto nº 4.464 foi criada a Estação Ecológica Estadual de Ilha Grande. No mesmo ano também foi criada a APA de Ilhas e Várzeas do rio Paraná.

Paralelamente em 1987, pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), propuseram o reconhecimento pela UNESCO de Reserva da Biosfera. Além de proporem ao governo federal a criação do Parque Nacional de Ilha Grande, que foi efetivado em 30 de Setembro de 2007, Decreto s/n. A região da APA das Ilhas e Várzeas do rio Paraná e do Parque Nacional de Ilha Grande, encontra-se interligadas através do zoneamento ecológico econômico intermunicipal, que adotou o ICMS Ecológico (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). Tem direito a receber este benefício os municípios que possuem unidades de conservação federal, estadual ou municipal, de domínio público ou privado, ou que tenham como preservar mananciais de abastecimento para os municípios vizinhos. Trata-se de um valor transferido pelo estado aos municípios. A conquista do ICMS Ecológico no Paraná teve participação efetiva dos municípios e dos órgãos públicos (LOUREIRO, 2001). O valor é determinado de acordo com a extensão da área de conservação, da extensão do município, da categoria de manejo, da fiscalização aplicada a área.

2. ASPECTOS AMBIENTAIS

2.1. Hidrografia

A planície do rio Paraná em certos trechos pode atingir 20 km de largura, apresentando numerosos canais secundários e lagoas. A área compreendida entre as barragens Itaipu e Porto Primavera constitui um trecho que se encontra em plenas condições naturais (AGOSTINHO; ZALEWSKI, 1996).

Mais cinco sub-bacias completam o sistema hidrológico: o Paranapanema, Amambaí, Ivinhema, Ivaí, Piquiri e Iguatemi. O parque protege cerca de 0,5 da área da bacia hidrográfica do rio Paraná.

Em relação as lagoas formadas sobre as planícies de inundação, estas somam uma área de aproximadamente 1.230,00 ha, e possuem em geral formas alongadas. Estas são formadas em geral devido aos paleocanais fluviais do canal principal. As lagoas são importantes para a preservação das espécies locais, como os peixes e pássaros.

2.2. Vegetação

O parque está localizado em uma região de Floresta Estacional Semidecidual, caracterizada pela vegetação arbórea, denominada de Formações Pioneiras Flúviolacustre. É o único no Brasil que apresenta esta características, sendo extremamente necessária a sua conservação. Dentro do parque já foram catalogadas 10 espécies em extinção.

2.3. Fauna

Esta vinculada a fauna tropical e subtropical da América do Sul, caracterizando-se por inúmeras espécies de indivíduos. Em geral são animais que vivem em áreas de várzeas, ressalta-se os Cervos do Pantanal (*Blastocerus dyctotomus*), Capivara (*Hichochaeris Anta*), Jacaré de Papo Amarelo (*Caiman Latirostris*). Aves como Macudo (*Tinamus solitarius*) e o Bicudo (*Oryzoborius*

maximiliani). Mamíferos como a Onça-pintada (*Panthera onca*), Sussuarana (*Puma concolor*), Cateto (*Tayassy Tajacu*), Cachorro do Mato (*Cerdocyon thous*), Bugio (*Alouatha caraya*), dentre outros (AGOSTINHO; ZALEWSKI, 1996).

3. RESERVA DA BIOSFERA

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1971 criou o programa “O Homem e a Biosfera (MaB)”. Este programa é um instrumento de planejamento estratégico capaz de integrar as necessidades de conservação da natureza ao uso dos recursos pelas comunidades locais.

Este programa é de cooperação científica internacional que trata das interações do homem e o seu meio, e tem como objetivo criar uma rede mundial para proteger áreas expressivas da biosfera. Estuda também os mecanismos desta convivência em todas as situações bioclimáticas e geográficas da biosfera e as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. Trata-se de um modelo de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, que tem por objetivos básicos a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento das atividades de pesquisa científica, para aprofundar o conhecimento dessa diversidade biológica, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vidas das populações (MMA, 2004).

O Brasil aderiu ao Programa através do Decreto 74.685 de 14 de Outubro de 1974, criando a Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera – COBRAMAB. De acordo com a UNESCO, atualmente existem 482 reservas da biosfera localizadas em 110 países. No Brasil são reconhecidas sete reservas da biosfera: a da Mata Atlântica e Cinturão verde da cidade de São Paulo, do Cerrado, do Pantanal, Corredor Central Amazônico, da Caatinga e Serra do Espinhaço.

4. SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS

Diversos estudos arqueológicos já foram realizados no Alto Rio Paraná. Uma das maiores pesquisas foi realizada por Juan B. Abrossetti no final do século XIX, onde grande parte das peças localizadas se encontram em exposição no Museo de la Plata, na Argentina.

Em quase todas as pesquisas os vestígios arqueológicos foram localizados nas margens dos rios, devido a expansão das frentes colonizadoras na região. Como exemplo de objetos encontrados podemos citar: recipientes cerâmicos – tradição Tupiguarani, urnas funéreas, artefatos de pedra lascada e polida – tradição Humaitá, objetos de resina vegetal e osso – tradição Payaguá, estruturas de combustão (fornos).

De acordo com Chmyz e Sganzerla (1991) diversos sítios arqueológicos puderam ser datados e os remanecentes estão entre 6.135 a.c. e 1959 d.c. Os sítios arqueológicos são de alta relevância para o estudo histórico da região.

5. ATIVIDADES ECONÔMICAS – IMPACTO NO PARQUE NACIONAL DE ILHA GRANDE

O plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande levou nove anos para ser preparado por completo. O mesmo foi desenvolvido de acordo com o SNUC, que determina no Art. 2º - XVII – Plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

O plano de manejo instituiu uma série de normas para a utilização do parque que já começaram a ser colocadas em prática pelos municípios. Reuniões periódicas estão sendo realizadas juntamente com os representantes de cada localidade para a discussão e implantação efetiva do mesmo.

O próprio plano de manejo faz uma série de referências sobre as atividades econômicas desenvolvidas dentro do parque e nas zonas de amortecimento. O

parque desde a sua implantação ainda não se enquadra dentro de alguns parâmetros, porém é necessário que se considere os fatores sociais.

Nos municípios do entorno do parque as principais atividades econômicas são a agricultura, incluindo a familiar, e a pecuária. Como atividades secundárias temos a extração de areia, a pesca, apicultura, e a mineração.

Em alguns locais os ambientes florestais se encontram bastante degradados ou inexistentes devido as práticas agropecuárias realizadas nas várzeas do rio, que não respeitam as leis. Alguns remanescentes não apresentam mais suas características originais, e as matas ciliares também são praticamente inexistentes.

Do ponto de vista ambiental a ocupação na região ocorreu de forma desordenada. Com a criação do parque em 1997, determino-se a desapropriação e migrações das populações em seu território. Diversas famílias que exerciam atividades variadas tais como pecuaristas, sericultores, apicultores, tiveram que abandonar a ilha. Os ilheús do estado do Mato Grosso do Sul receberam indenizações e deixaram os locais, porém os ilheús do estado do Paraná, até o presente momento não receberam nenhum tipo de indenização, portanto muitos destes retornaram para as residências de origem e continuam a desenvolver suas atividades. Além das desapropriações, o criação do parque impôs alterações no seu uso econômico, que passou a ser restrito e sustentável.

Como exemplo de uma atividade de alto impacto ambiental temos o cultivo do Ginseng-brasileiro (*Pfaffia Glomerata*), este tipo de cultivo já se encontra proibido em alguns municípios da região. O Ginseng desperta o interesse farmacêutico devido suas propriedades medicinais. Suspeita-se que a coleta do Ginseng tenha ocasionado grande parte dos incêndios no Parque Nacional de Ilha de Grande. De acordo com Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO) entre 1998 e 2003 foram observados 52 incêndios nesta unidade de conservação, sendo aproximadamente 124.854,50 ha de área devastada.

No interior do parque encontra-se a prática da apicultura, extração de argila, extração de areia, dentre outras atividades, que geram o desmatamento, regiões de clareiras, cercas dividindo o terreno, dentre outros.

A agricultura nas zonas de amortecimento, com a prática de culturas convencionais utiliza agrotóxicos que causam a contaminação do solo e da água,

além da perda da cobertura vegetal, impermeabilização e erosão dos solos e queimadas.

A prática destas e outras atividades irregulares são insustentáveis, portanto frente a esta situação o plano de manejo sugere uma série de ações, dentre as principais podemos citar:

- Programa de operacionalização: para garantir o funcionamento do parque em relação a administração, fiscalização, controle e manutenção, e conservação do ecossistema local.
- Medidas para combate a incêndios, tais como torres de observações nos municípios (algumas já implantadas), vigilância móvel e equipamentos necessários.
- Programa de proteção e manejo: ações voltadas para conservar o patrimônio natural e histórico-cultural do parque.
- Programa de educação e divulgação ambiental: a ser administrado em toda a comunidade.

6. RESULTADOS

6.1. Atividade turística no Parque Nacional de Ilha Grande

A atividade turística no parque ainda não foi regulamentada e atualmente é realizado um turismo predatório, com visitas desordenadas sem os princípios da sustentabilidade, que consiste em através da conservação ambiental, gerar a igualdade social, obtendo como resultado a eficiência econômica.

Agências de viagens e hotéis da região, realizam passeios pelas ilhas, com visitas a lagoas, praias e Paredão das Araras; práticas esportivas como andar de caiaque nos rios e lagoas, trilhas a pé, com bicicletas e motocicletas, dentre muitas outras, estas atividades ocasionam um forte impacto no ambiente devido a circulação de pessoas e de veículos, lixo abandonado, poluição hídrica e dos solos através de combustível, óleos e graxas. Diversas casas de veraneio também são mantidas nas ilhas, cerca de 200 edificações, assim como clube de pesca.

7. CONCLUSÃO

O Parque Nacional de Ilha Grande abrange uma das áreas de conservação mais importante do Brasil, visto preservar ecossistemas que hoje são raros e bastante degradados no país e no mundo. Além de proteger a única área livre de barragens no rio Paraná. O mesmo é um importante componente da ecorregião florestal do Alto Paraná.

A região possui vocação para o desenvolvimento do turismo, entretanto estudos serão realizados para que o turismo, o desenvolvimento e a preservação/conservação ocorra conforme a proposta inicial.

Através de uma análise detalhada sobre os dados atuais do Parque Nacional de Ilha Grande, é possível concluir que o ambiente interno apresenta alguns pontos fracos, que dificultam o cumprimento dos objetivos para os quais o mesmo foi criado. Dentre os principais pode-se citar: Decreto de criação do parque com limites imprecisos; situação fundiária não regularizada na totalidade; edificações construídas no interior da ilha Grande, tais como casas de veraneio; inexistência de um programa e equipe de proteção e fiscalização no parque; inexistência de um plano regional de turismo; assentamentos em áreas impróprias; uso desordenado de praias e bancos de areia; insuficiência de integração com as instituições municipais e estaduais para implementar programas de gestão da unidade e alternativas de desenvolvimento sustentável na região de influência do parque; susceptibilidade à recepção de poluentes internos e externos, tais como esgoto, resíduos sólidos, agrotóxicos, fertilizantes, entre outros; uso de terra incompatível com os objetivos do parque (pastagem e agricultura); apicultura, corpo técnico despreparado e em números insuficiente para praticar as ações de gestão e manejo (turismo, fiscalização, pesquisa e educação ambiental).

Mesmo com os diversos pontos fracos internos, se forem proporcionados mecanismos de proteção e recuperação desse ecossistema, este poderá realizar o seu mais importante papel ecológico, que é a manutenção do fluxo da biodiversidade.

Um elemento fundamental de uma política de turismo, eficaz e socialmente aceita, é o conceito de responsabilidade compartilhada entre Estado e ONG, sendo

parceiros com objetivos desenvolvimentistas e ambientais em torno dos quais foi estabelecido um consenso social.

Diálogo e bom senso, bem como transparência da tomada de decisão são condições necessárias para uma efetiva co-responsabilidade. Para isso, deve-se levar em conta que tanto a participação efetiva da população local no planejamento e na gestão do turismo, bem como as peculiaridades naturais e culturais que singularizam os lugares constituindo referenciais a serem incorporadas em programas de estímulo ao empreendedorismo e de capacitação profissional, destinados a segmentos da população local. Somente assim, com participação desses vários segmentos na discussão, decisão e direção de projetos turísticos a serem implantados aumentará seu grau de ingerência e de apropriação nos resultados desse processo.

Um novo conteúdo político desse planejamento para o desenvolvimento local deve, portanto, significar outras formas de solidariedade e de organização espacial, a cooperação intermunicipal que está na base das formas associativas, juntamente com a participação da comunidade e a parceria entre o público e o privado na elaboração dos roteiros integrados dos planos regionais de turismo. O Estado é presença importante principalmente naquelas frentes “pioneiras” nas quais a atividade turística desponta como promotor do desenvolvimento local. Isso, portanto, requer planejamento quanto às ações relativas à infra-estrutura, ao programa de capacitação profissional e aos incentivos promocionais. Existem assim maiores possibilidades econômicas, políticas e sociais, tendo em vista que atrativos potenciais vincular-se-iam de forma integrada aos atrativos de elevados padrões de excelência encontrados pontualmente. Todavia, o planejamento poderá ser um instrumento inútil se a ele não se somar uma gestão integrada dos aspectos físico-territoriais, ambientais, político-administrativos econômicos e sociais.

8. REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, A. A.; ZALEWSKI, A. A planície alagável do alto rio Paraná: importância e preservação. Paraná: EDUEM, 1996.

CAMPOS, J. B.; COSTA FILHO, L. V.; PALMEIRA, S. S. Reserva da Biosfera: uma estratégia para a proteção e conservação de ecossistemas compartilhados. In: III ECOSL. CONFERENCIA DEL MERCOSUR SOBRE MEDIO AMBIENTE Y ASPECTOS TRANSFRONTEIRIZOS. Assunción, Paraguay, 1994. 8p.

CHMYZ, I.; SGANZERLA, E. M.; VOLCOV, J. E.; MARTINS, G. R.; CONCEICAO, E. P.; Relatórios do projeto arqueológico Ilha Grande. Curitiba: Convênio DEH 043 – Eletrosul/FUFPR/FUFMS, 1991.

LATRUBESSE, E. M.; STEVAUX, J. C.; SINHA, R. Tropical Rivers. Geomorphology, nº 70, p. 187 – 206, 2005.

LOUREIRO, W.; OLIVEIRA, J. C. Reserva particular do patrimônio natural estadual: Uma alternativa?. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná – IAP, 1998.

MAACK R. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1968.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2º edição. Brasília: MMA/SBF, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MMA. Outras áreas protegidas. Programa MaB – Reserva da Biosfera. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apbr.html>>. Acesso em: 23 Abr. de 2009.

SILVA, S. B. M. O turismo como instrumento de desenvolvimento e redução da pobreza: uma perspectiva territorial. CORIOLANO, L. N. M. T. , LIMA, L. C. (orgs) Turismo comunitário e responsabilidade socio-ambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003. pp.19-25. SEBRAE. Anuário Turístico de Goiás. 1997.

SIRVINSKAS, L. P. Legislação de direito ambiental. 3º Edição. São Paulo: Rideel, 2008.



SOUZA FILHO, E. E; STEVAUX, J. C. 1997. Geologia e geomorfologia do complexo rio Baía, Curutuba, Ivinhema. In: VAZZOLER, A. E. A. De AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N.

S. A planície de inundação do Alto Rio Paraná: Aspectos físicos, biológicos e socioeconomicos. Maringá: EDUEM, 1997. cap. 1, p. 3-36.

SUGUIO, K. Dicionário de Geologia Sedimentar e áreas afins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. São Paulo: Bluncher, 2003.